

CPI: Fiúza prepara defesa.

DEPUTADO TERÁ DE EXPLICAR A ORIGEM DE SEU PATRIMÔNIO E A FACILIDADE QUE TERIA ENCONTRADO PARA OBTER EMPRÉSTIMOS NO GOVERNO COLLOR



Fiúza: ao contrário de Alves, deputado vai prestar juramento antes de depor.



O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) apresenta hoje por escrito à CPI do Orçamento sua defesa às acusações de irregularidades na distribuição de recursos das subvenções sociais e de que atuava no esquema de corrupção com verbas públicas. Fiúza chegará ao plenário do Senado com pilhas de documentos, segundo informou ontem. "Tenho documentos para provar tudo o que direi". O deputado não adiantou o conteúdo dos documentos, nem se eles vão lançar suspeitas sobre outros parlamentares. "Vou apresentar os documentos e a CPI decide o que fará com eles".

Fiúza terá de explicar a origem de seu patrimônio e a facilidade que encontrou ao obter empréstimos em bancos oficiais, além de responder pela má aplicação de recursos do antigo Ministério da Ação Social. Integrantes da CPI descobriram que a família Fiúza obteve, durante o governo Collor, pelo menos um empréstimo de US\$ 3 milhões na CEF, além de ser proprietária de fazendas, uma mansão, dois apartamentos, automóveis e inúmeras cotas e ações de empresas.

Encarregada de examinar as cinco últimas declarações de renda do deputado, a subcomissão de Assuntos Patrimoniais e Fis-

cais detectou indícios de sonegação fiscal. Segundo o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), sub-relator da CPI, existem bens relacionados pela imprensa como sendo de Fiúza que não constam de sua declaração. Este é o caso, por exemplo, da Fazenda Santa Fé, em Pernambuco. A CPI determinou anteontem a quebra de sigilo fiscal e bancário de familiares e das empresas do deputado, pois acredita que a fortuna de Fiúza está "pulverizada" em várias declarações de renda.

Fiúza, o primeiro da lista de parlamentares acusados de participar com João Alves das negociações do Orçamento a ser ouvido pela CPI, passou os últimos dias trancado em seu apartamento cuidando da defesa. No começo dos trabalhos da comissão, o ex-ministro tentou negar envolvimento no esquema. Mas bilhetes apreendidos na casa de José Carlos Alves dos Santos confirmam as ligações entre ele e Ricardo Fiúza e deste com o deputado Alves. Uma das linhas de defesa de Fiúza é que ele contou com o apoio de líderes partidários dos maiores partidos no Congresso para suceder Alves na relatoria do Orçamento, em 1991. O seu relatório final foi acompanhado de perto por vários deputados do PFL baiano, entre eles o coordenador da subcomissão de assuntos bancários da CPI, Benito Gama.